

10 de Agosto 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 271
Director-Geral
Evaristo Mulaza



BANCO NEGA OFICIALMENTE

Piratas roubam documentos do BPC e não exigem resgate

SEGURANÇA BANCÁRIA. Maior banco público rejeita oficialmente que ataques informáticos tenham resultado em roubos de documentos importantes. Fontes próximas à instituição confirmam, entretanto, o roubo e antecipam que o banco dificilmente conseguirá recuperar os documentos, entre outras razões, porque os piratas não pediram resgate. Pág. 12



CARP DIEM E NETU'S

Aniesa aponta Resorts com comida estragada

Pág. 10



JARDEL SILVÉRIO DUARTE, ADMINISTRADOR DA ARSEG

Apenas 5 a 8 seguradoras podem concorrer ao co-seguro petroquímico

Págs. 4 a 7

REDE NOSSO SUPER

Grupo Zahara garante que o Governo sabia do encerramento das lojas

Pág. 13

CONTAS DA APIMA DO PRIMEIRO SEMESTRE

Preços das rendas disparam 30%

IMOBILIÁRIO. Apesar da estagnação nas vendas, os preços dos arrendamentos agravaram-se, pelo menos, em 30% nos últimos seis meses. Os cálculos são da Apima que os justifica com a alta da inflação. Pág. 9



Editorial

PRESIDENTE, BAIXE ENTÃO OS PREÇOS! 🤔



O primeiro secretário do MPLA em Luanda revelou, sábado último, que o líder do seu partido "está a trabalhar" para reduzir os preços. Bento Bento não explicou se João Lourenço o fará por magia ou por decreto!

Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



RUI SANTOS,
presidente da AAVIL

Como a Associação dos Avicultores de Angola avalia o desempenho do sector, nesta fase de 'apertos' financeiros?

Cobríamos 70% do consumo interno, mas, com o agravamento das dificuldades, sobretudo nos últimos anos, a tendência tem sido cada vez mais negativa. É preciso estimular a produção interna, estabelecendo uma quota para reduzir os défices, e valorizar o produto angolano.

Pensa que o produtor interno não é valorizado?

A situação é mesmo crítica. Estamos a fazer um profundo levantamento cujos resultados serão apresentados em breve, para se saber como caminha o sector.

Mas quais são os constrangimentos concretos?

Em cerca de 50 produtores nacionais, temos destes, apenas 15 membros da AAVIL desanimados, porque a aquisição de ração é um problema e os programas para impulsionar a produção interna de cereais esbarram na burocracia e na falta de vontade.

TERÇA - FEIRA

O representante do FMI em Angola, Marcos Souto, anuncia que as discussões sobre o OGE de 2022, entre o Governo e o FMI, vão começar em breve, estando a ser analisadas alternativas que podem ser adoptadas, após a conclusão do programa de assistência financeira, em Dezembro deste ano.

QUARTA - FEIRA

A Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana afirma que registou com "preocupação" a denúncia pública do antigo director-adjunto para informação da TPA, José Alves Fernandes, sobre a proibição de divulgação de "propostas da oposição".

QUINTA - FEIRA

O Presidente da República, João Lourenço, assina mais uma dívida de 500 milhões de euros, desta vez com a instituição financeira europeia Societé Générale.



SEXTA - FEIRA

O BNA regista 420 reclamações referentes ao segundo trimestre do ano, menos 42 comparativamente ao período homólogo do ano de 2020, em que os consumidores de produtos e serviços financeiros apresentaram um total de 462 reclamações.



SÁBADO

O MPLA considera que a Frente Patriótica fez uma avaliação "incoerente e irresponsável", em comunicado do Secretariado do Bureau Político. A Frente entende que "Angola precisa de um programa de Emergência Nacional.



DOMINGO

A Consultora Capital Economics diz que Angola pode crescer 1,3% e quebrar cinco anos de recessão consecutiva. Os especialistas defendem que a economia poderá registar um crescimento limitado por políticas fiscais e monetárias apertadas.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM RECUEO...

O petróleo começou, esta terça-feira, a recuperar do recuo de 2% registado no dia anterior influenciado pelo temor de que as restrições aplicadas na Ásia poderem contribuir para a redução da procura. O Brent abriu nos 69,22 dólares, após ter fechado nos 69,04. Já o WTI começou o dia nos 66,83 dólares, depois de fechar nos 66,48.



BEBIDAS ALCOÓLICAS PÕEM ACÇÕES CHINESAS NO VERDE

As acções chinesas recuperaram esta terça-feira, graças à retoma da indústria de bebidas alcoólicas. O sector subiu 6,84%, ajudando o consumo a avançar 5,28%. O índice CSI300, que reúne as maiores companhias listadas em Xangai e Shenzhen, subiu 1,16% enquanto o índice de Xangai avançou 1,01%.



SEGUNDA-FEIRA

A ANPG (Agência Nacional de Petróleo e Gás) assina, a 30 de Julho, com a Total E&P Angola, o contrato de partilha de produção do Bloco 29, localizado na Bacia do Namibe. A data de efectivação deste contrato é de 2 de Agosto deste ano.

Entrevista

JARDEL SILVÉRIO DUARTE, ADMINISTRADOR DA ARSEG

“A subvenção do seguro agrícola pelo Estado é quase assunto para esquecer”

Reconhece o défice na comunicação como um dos impasses para o aumento da taxa de penetração do seguro e Fundo de Pensões. E estima que apenas entre cinco e oito seguradoras estarão em condições de participar no co-seguro petrolífero, face aos requisitos que serão exigidos.



Por César Silveira

A baixa taxa de penetração continua a caracterizar os seguros e fundos de pensões em Angola. O que a Arseg, enquanto reguladora, tem estado a fazer para inverter o quadro? A taxa de penetração não é um elemento que o regulador, por si só, determine. Depende de várias situações, principalmente as económicas e financeiras, do poder

de compra, do reforço da fiscalização, da literacia financeira e do papel dos operadores, do regulador e de todos aqueles que são intervenientes para divulgar os produtos e serviços.

As operadoras não promovem certos produtos pelo elevado nível de risco. É alterável esse quadro?

A preocupação não é se as seguradoras querem ou não explorar determinados ramos. Existe a rentabilidade sobre cada tipo de produto e existe uma relação entre prémio e a rentabilidade

daquele prémio para obter resultados. O sector petrolífero é aquele que as seguradoras tendem a ter mais apetite por causa dos valores avultados e prémios consideráveis e que ajudam também as seguradoras a obter resultados. Mas não vejo seguradoras com nichos de mercado. Vejo seguradoras aptas a vender todo o tipo de produto disponível. Alguma criatividade é necessária para haver uma maior abertura e talvez sermos mais realistas em relação às necessidades do povo. Muitos dos produtos estão definidos para empresas.

Por exemplo...

O de saúde, que é o produto com mais peso nos prémios em geral com cerca de 50%. Falo também dos acidentes de trabalho que são específicos para empresas. É difícil aderir a um seguro de saúde, porque é caro. Hoje vem por via do benefício que uma entidade dá ao colaborador, mas atendendo também àquilo que são os custos, no âmbito da sinistralidade, as clínicas e farmácias, as seguradoras muito dificilmente conseguem competir para reduzir preços. Mas há muitos produtos que estão hoje acessíveis a sectores de baixa renda, nomea-

damente o de acidentes pessoais, falo do seguro escolar, por exemplo. São produtos disponíveis, mas que as próprias seguradoras precisam de comunicar mais e melhor para as pessoas se aperceberem que são acessíveis.

A relação entre seguradoras e a mediação ainda não é das melhores. Isso também concorre para os baixos níveis de penetração. A Arseg não poderia melhorar essa relação?

A Arseg, apesar de não ter elementos factuais sobre esta dificuldade na relação entre seguradoras e

“Queremos estar ao nível da região, dos países mais próximos, com uma taxa de penetração entre 3% e 5%. É possível, é um grande esforço e um grande foco não só de nossa parte, mas também do Executivo e dos nossos parceiros nomeadamente órgãos reguladores.”

mediadores, está totalmente disponível para colaborar. Temos vindo a reforçar isso com a Amsa, a associação de mediadores de Angola, que deve explorar mais o contacto com a Arseg. Não acredito que haja seguradoras que possam viver sem intermediação. É um elemento fundamental para o sucesso. Hoje precisamos muito da intermediação, mais do que ontem. Se calhar, porque é a intermediação que vai dinamizar e maximizar os produtos em locais onde as seguradoras não estão. Há muitas zonas onde as seguradoras não têm balcão ou não existe um banco, que também pode oferecer seguro, o que faz com que a intermediação seja muito importante.

Qual é a avaliação que a Arseg faz da mediação?

Está muito concentrada, o que é normal, no grande foco que é “onde é que posso estar melhor posicionado para obter melhores resultados?”. A mediação ainda não encontrou o papel de ser responsável por melhorar os rácios de literacia financeira em Angola. É isto que está a faltar. Há muito pouca comunicação da mediação. Alguns casos estão identificados. Os corretores e agentes, que promovem bastante, via redes sociais, rádios e jornais, são mais de mil. Se calhar, nem 10% faz este tipo de trabalho. Por isso é que o mediador é um agente que poucos conhecem, a população desconhece que existe a figura do mediador. As pessoas tendem a suspeitar, porque não sabem se, de facto, é uma pessoa credível que vai ajudar ou que vai tirar alguma coisa do bolso. Aí a Arseg também tem um papel, que é o de comunicar que esta figura existe e que é credível desde que mostre informação credível.

Face à necessidade de aumentar a cultura do seguro em Angola, a Arseg não deve ter um outro desempenho também para melhorar a comunicação?

Também já calçamos as botas. Estivemos com a Polícia Nacional em vários pontos de Luanda. A missão, além de fiscalizar por parte da Polícia, foi educar as pessoas sobre a importância de circularem com seguro. Aí esteve a própria Arseg com uma equipa a definir e a colaborar com a Polícia. O nosso papel foi perguntar questões básicas sobre se acham ou não importante conduzir com seguro. Além disso, a polícia só deixava circular se se obtivesse o seguro na hora.

Certamente confirmaram que as pessoas pagam o seguro mais para evitar problemas com a Polícia. Quando é que as pessoas passarão a pagar por reconhecer a importância do seguro?

É esta mudança que temos de fazer, mas também é uma mudança natural que todos os países percorreram, uns mais fáceis, outros mais difíceis, porque conseguiram juntar processos de fiscalização contínuo que ajudaram a fazer um trabalho mais agressivo.

A Arseg está satisfeita com as respostas das seguradoras aos sinistros do ramo automóvel?

Temos sentido um salto significativo na resposta das seguradoras. As seguradoras alcançam níveis de serviços próprios para garantir respostas aos lesados e aos clientes, o que nos conforta. Existe um controlo interno, em que estão todos preocupados em responder às necessidades dos clientes e desmistificar a ideia de não fazer o seguro porque a seguradora não vai pagar. Tenho quase a certeza de que são poucas as seguradoras que não cumprem com prazos. Há um provedor ao qual se pode ter acesso para reclamar ou pode-se abordar directamente a Arseg para se tentar encontrar o grau de dificuldade da seguradora para resolver o sinistro.

Qual é a situação do seguro agrícola?

Este seguro não avança se não houver subvenção. Em quase todos os países quem subvenciona é o Estado. Noutros casos, aparecem organizações internacionais, como o Banco Mundial, que apoiam alguns países. No nosso caso, o Executivo passa por momentos difíceis de tesouraria e a subvenção por parte do Estado é quase assunto para esque-

cer. O Banco Mundial dispôs-se a ajudar, entrou em parceira com o Ministério da Agricultura para que se fizesse um estudo profundo relativamente à questão, porque primeiro é a agricultura e o seguro vai a reboque. Faltam dois elementos. Ponto um: se era seguro para o sector empresarial agrícola ou se seria para potencializar a agricultura familiar. E quem tinha de responder era o Ministério da Agricultura. Ponto dois: A Arseg, em parceria com a Asan e o Ministério da Economia, fez um estudo com a ajuda da AfricaRe. Rodámos o país, produzimos relatórios e viu-se inclusive que era preciso fazer um zoneamento. Quem o tem de fazer é o Ministério da Agricultura, em parceria com o Inamet, por causa das temperaturas e da definição de produtos agrícolas. Ainda este ano, entrámos em sintonia com o Ministério da Agricultura e este respondeu que o Banco Mundial protelou a intervenção no seguro agrícola por causa da pandemia.

Hoje precisamos muito da intermediação, mais do que ontem. Se calhar, porque é a intermediação que vai dinamizar e maximizar os produtos em locais onde as seguradoras não estão.

Ou seja, não há um horizonte temporal para o arranque?

Por enquanto, não, mas, da nossa parte, está tudo feito. Os relatórios, o estudo das fazendas, fomos ao Huambo, Bié, Kwanza-Sul e Malange. A opção, que foi dada com os consultores da AfricaRe era começar com a produção do milho, feijão e batata. O relatório existe, os estudos foram feitos ao nosso nível, as opções, inclusive dos projetos-piloto, estão feitas.

O que se passa com o co-seguro petroquímico. O monopólio é ou não coisa do passado?

Decorrem estudos, em articulação entre a Arseg, a Agência Nacional de Petróleo e Gás, e os ministérios das Finanças e dos Recursos Minerais e Petróleos. Foi enviado um projecto em que se definiu a liberalização do mercado para que conste no projecto-base para o futuro do co-seguro petrolífero. A ideia é criar uma liderança rotativa com a definição de critérios muito bem identificados. Esta liberalização é toda ela transparente para a selecção do líder. Enviámos o nosso parecer ao Ministério das Finanças que, por sua vez, já entrou em contacto com o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo. Estamos a aguardar pelos próximos passos. Acreditamos que, ainda este ano, teremos uma boa noção daquilo que serão os próximos passos para podermos também elucidar todo o mercado. Até lá, decorre a liderança da Ensa que tem estado a cumprir com os deveres.

Pode adiantar alguns requisitos que serão exigidos para participar no co-seguro?

O primeiro são os níveis de capital, o segundo é a estrutura da própria empresa à extensão territorial. Tem de ser uma empresa solvente, por-

que, se estiver abaixo, à partida, fica comprometida. Os níveis de reclamação que tem e, sobretudo, o cumprimento rigoroso da prestação de informações junto do regulador, a publicação das contas, a idoneidade de accionistas e administradores, entre outras variáveis.

Considerando a realidade das 23 seguradoras, quantas estão em condições de concorrer?

Com base nas contas de 2020, entre cinco e oito. Algumas ainda só estão em Luanda, outras têm níveis de capital no limite do legalmente exigido. A margem de solvência tem de estar robustecida, tem de ser uma empresa célere, porque, na eventualidade de um sinistro no sector petrolífero, a indústria não se compadece com morosidades. É uma indústria internacional e tem a componente do resseguro.

Pode-se entender que há seguradoras com dificuldades mesmo para atender outros produtos?

O facto de não conseguirem participar no co-seguro não significa que não possam operar. No co-seguro, há a noção que as responsabilidades devem ser bem mitigadas e não se pode correr riscos por ausência de um ou outro requisito. Todos os requisitos devem estar bem cumpridos. A Arseg continua a fazer a inspecção e supervisão para garantir que os critérios sejam cumpridos. Decorrem algumas que visam melhorar capitais, processos, 'governance', porque as estruturas também devem ser reforçadas com conhecimento técnico, capacidade e gestão. É um trabalho que está a ser feito em conjunto com as operadoras e, recentemente, foram suspensas algumas operadoras para a subscrição de novas apólices. Não cumpriram com os prazos de entrega da informação sobre planos de financiamento e reestruturação. Continuamos ainda a analisar, é um processo contínuo. Se identificarmos que a entidade não tem condições para operar, vamos tomar medidas necessárias porque não temos um objectivo mínimo para cumprir sobre o número de seguradoras que devem estar no mercado.

Desses vários itens, quais são as situações que mais preocupam a Arseg?

Os capitais próprios, porque há a desvalorização da moeda que, por sua



Entrevista

Continuação da página 5

vez, desvaloriza os activos e aquilo que contribui para manter a margem de solvência dentro dos requisitos. Os accionistas têm a responsabilidade de garantir que a seguradora mantenha, pelo menos, os mesmos dados estatísticos do acto da obtenção da licença. Temos consciência de que os activos também se desvalorizam e torna-se mais difícil haver este esforço, mas temos de cumprir a lei. E a lei está dentro daquilo que é aceitável para garantir a continuidade do negócio.

Há a possibilidade de termos seguradoras com licenças revogadas?

É uma realidade sim, caso não se cumpra com prazos e a prestação de informação que é relevante para os negócios. O nosso objectivo não é encerrar ou revogar licenças que já foram emitidas, mas temos de ter um mercado robusto e sólido. Aquilo que estamos a fazer é sanear o mercado da mesma forma que as seguradoras, de vez em quando, saneiam as carteiras, identificam apólices que não estão a corresponder.

Hoje o mercado já é sólido e robusto?

Os dados são evidentes. Temos um mercado capaz de honrar os compromissos, com a margem de solvência acima de 100%. Apesar de estar no limite, significa que estamos a responder em crescimento perante uma crise financeira. O volume de prémios cresce 23%, mesmo numa altura em que a maioria da população está confinada. Responder com resultados positivos, e em crescimento, é salutar e de parabenizar o mercado como um todo.

Mas esses dados não são apenas indicadores de um determinado bloco de seguradoras?

É o resultado de um conjunto de seguradoras que se têm mostrado mais activas, outras nem tanto por força das dificuldades e também da alteração da estratégia para os próximos anos. Mas é natural que existam algumas seguradoras que estejam mais activas, mas, no cômputo geral, olhamos para o mercado e é isso que nos transmite segurança de que está sólido e é capaz de dar seguimento a qualquer tipo de constrangimento. Enquanto Arseg, temos feito o nosso trabalho, há muito ainda a fazer, temos uma margem de melhoria no âmbito da



supervisão e da regulação, temos feito, pelo menos desde que o conselho de administração tomou posse, um trabalho muito árduo na regulação. Um dos nossos objectivos foi actualizar a lei que está em vigor desde 2000. Estamos também a receber contributos, depois de uma consulta pública, para a lei da mediação. Provavelmente, ainda este ano teremos alterações no sector da mediação.

Há solicitação de licenças para novas seguradoras?

Decorre agora o processo de licença de uma seguradora que está a ser analisada, já foi remetido à tutela para a aprovação e aguardamos o parecer para seguir os trâmites normais.

Há registos de accionistas que queiram desfazer-se das acções?

Processos formais de saída ou entrada de accionistas não. Poderá haver este tipo de conversa no mercado, atendendo ao posicionamento de cada seguradora e ao perfil dos accionistas, mas são informações que só nos chegam quando já existe alguma negociação formalizada a um nível alto de decisão e discussão. A Arseg está totalmente aberta e disponível para colaborar no que for necessário. Não vamos interferir naquilo que são as escolhas, podemos simplesmente partilhar dados e colaborar para melhores esclarecimentos. Estamos totalmente abertos para aquisições ou fusões, porque o mercado está disponível.

Em relação à mediação, o que deve ser alterado?

A lei da mediação é de 2003. Passaram-se muitos anos, o contexto é completamente diferente. A actual lei não permite o comissionamento dos seguros inerentes aos activos que fazem parte do Estado, mesmo que haja intermediação. Também não permite comissionamento, nem intermediação nos seguros obrigatórios. Quem tem mais património é o Estado e são os mediadores/corretores que vão em busca da salvaguarda destes riscos por via do seguro e, em última instância, sentem-se prejudicados por falta da comissão a que têm direito porque vivem disso.

Em que pé se encontra o processo da AngoRe?

Foi deliberado pela ministra das Finanças que o processo passa a ser gerido pelo Igape. É o Igape que irá coordenar toda a componente da constituição da resseguradora nacional, a AngoRe. Falta agora perceber ou construir aquele que será o modelo ou a estrutura para que possa ser implementada. Estamos a trabalhar com o Igape, a prestar todo tipo de assessoria para melhor enquadrar aqueles que poderão ser integrantes da estrutura accionista. Fizemos esta partilha, lançámos um memorando onde vinha identificado o posicionamento e a definição que a Arseg tem como ideal. A Arseg não pode ser árbitro e jogador, daí

“ Se identificarmos que a entidade não tem condições para operar, vamos tomar medidas necessárias porque não temos um objectivo mínimo para cumprir sobre o número de seguradoras que devem estar no mercado. ”

Para nós, faz todo o sentido. É nosso interesse que a resseguradora seja lançada, não temos uma previsão ainda, mas o quanto antes. A nova lei da actividade seguradora e resseguradora vem também liberalizar o mercado o que faz com que seja uma oportunidade para tão logo exista a primeira resseguradora em Angola e que grande parte do valor cedido para o exterior permaneça em Angola. Mas esta resseguradora vai ter a necessidade de se suportar lá fora. Pode não ser o montante todo, mas haverá sempre alguma necessidade. É importante que se consiga reter algum daquele que é o negócio que vai para o exterior.

As seguradoras tinham atrasos nos pagamentos dos resseguros, face a dificuldades de transferência. Esta situação continua?

É uma situação que está saneada. Houve uma resposta muito positiva por parte do BNA para estas situações. Por responsabilidade do BNA, não temos qualquer tipo de informação. Poderá haver algumas dificuldades das próprias seguradoras em conseguirem liquidar as suas responsabilidades.

A Arseg tem algum registo de conflitos entre as seguradoras envolvidas no co-seguro devido à incapacidade de responderem ao mesmo nível e ritmo a determinado sinistro?

Não temos conhecimento de nenhum caso. O co-seguro em Angola tem sido muito bem desenhado pelas empresas líderes e, até à data, não tivemos qualquer tipo de constrangimento. Já houve sinistros significativos num passado recente e as seguradoras sempre conseguiram cumprir com as suas responsabilidades até por via também do resseguro que está envolvido neste tipo de co-seguro.

Que sector a Arseg perspectiva para os próximos cinco anos?

Temos ambições públicas. Queremos estar ao nível da região, dos países mais próximos, com uma taxa de penetração entre 3% e 5%. É possível, é um grande esforço e um grande foco não só de nossa parte, mas também do Executivo e dos nossos parceiros nomeadamente órgãos reguladores, CMC e BNA. Criar acções específicas no âmbito da fiscalização nomeadamente da AGT e da Polícia Nacional para garantir que os seguros sejam estimulados. Há uma estratégia que tem de ser implementada

até 2023, estamos a trabalhar nisso e vai envolver investimento, processos e inovação. Estamos a falar de novas tecnologias e temos de estar adaptados às novas tendências que nos vão ajudar a alcançar mais pessoas, melhorar produtos, adaptarmo-nos à realidade de cada província.

Quanto aos fundos de pensões, a impressão é que são ainda mais desconhecidos...

Os fundos são menos conhecidos, mas, em termos de PIB, têm um peso maior do que os próprios seguros. É cerca de 1,74% do PIB. Nos seguros, é 0,7%. O número de participantes é reduzido, são cerca de 58 mil. No seguro, temos um número muito maior de clientes ou de tomadores. Temos um grande trabalho a fazer no âmbito da poupança para que, desde os primórdios, as pessoas tenham a noção de qual é o benefício dos fundos de pensões. Temos de fazer um reforço muito grande na comunicação com o sistema de ensino e é isso que estamos a fazer com o BNA, CMC e Ministério da Educação para garantir que, nos próximos anos, já ao nível escolar, haja matérias a falar dos seguros e especialmente das pensões para o tema da reforma, da velhice e da poupança.

Os investimentos dos fundos de pensões têm sido devidamente acompanhados pela Arseg?

Existe um controlo por parte da Arseg. É uma obrigatoriedade ao nível do cumprimento sobre a distribuição dos investimentos por parte das seguradoras e também dos fundos de pensões. Estes investimentos devem ser bem geridos para garantir também uma rentabilidade que suporte os compromissos futuros. Não é de um ou dois anos, é de cinco a dez, 15 e 20 anos. A Arseg tem feito tem um trabalho muito próximo com as entidades que gerem os fundos para garantir que os investimentos estão a ser acomodados nos produtos disponíveis e acertados para o momento.

Os últimos números do Fundo de Garantia Automóvel indicam receitas de 7,9 mil milhões de kwanzas e despesas apenas de cerca de 1%. Pode ser entendido como falta de promoção e divulgação do fundo?

Desde que tomamos posse, sentimos a necessidade de reforçar a presença do Fundo de Garantia

Automóvel. Temos estado a utilizá-lo para promover a relação entre a Arseg e a Polícia, fazendo campanhas e, dentro daquilo que for a responsabilidade social do Fundo de Garantia, actuar e responder de forma objectiva, ter níveis de serviços para garantir a satisfação dos lesados perante algum tipo de acidente. Queremos chegar à população e dizer que se existe algum tipo de acidente em que os envolvidos não tenham um seguro que cubra os danos corporais, o Fundo de Garantia assume por aquele que causou o acidente.

Há algum produto ou ramo que deve ser mais promovido ou explorado?

Gostaria de falar do seguro vida, tem uma representação mínima, cerca de 2% contra 98% do ramo não-vida. E no ramo vida estamos a falar de seguro que são contratados para a obtenção de algum tipo de crédito e vivemos também um momento em que o crédito é difícil de ser obtido, os critérios são desafiantes para quem quer um crédito. São momentos em que devemos começar a explorar, ser um pouco mais criativos em como conseguir certos benefícios e certos incentivos para as pessoas olharem para o seguro vida também como uma protecção para o futuro. É um ramo que, em outras geografias, tem ajudado a aumentar os rácios de penetração.

Disse que é um seguro normalmente contratado para crédito, mas parece que a banca ainda não aceita o seguro como alternativa, por exemplo, ao avalista...

Acreditamos que aceita, agora se há um critério como garantia para aprovar algum tipo de crédito isso depende da estratégia de cada banco, mas acreditamos ser um elemento ou um facto também decisivo na avaliação de uma proposta de crédito. São poucos os bancos que não utilizam esta ferramenta para aceitarem um tipo de crédito. Não tenho uma visão do que os bancos estão a fazer, mas parece-me que é isso que está a acontecer. Grande parte do 'seguro vida' está muito afecto ao crédito bancário seja de habitação ou pessoal.

Mas não será sobretudo nas seguradoras com bancos associados?

Não sei, mas os próprios bancos é que têm de utilizar isso como uma garantia, porque é, de facto, uma garantia.

Perfil

Por dentro dos seguros

Administrador executivo da Arseg desde Novembro de 2019, Jardel Silvério Duarte nasceu em Julho de 1984. É licenciado em Business Information Technology pela Universidade de Salford (Salford Business School), Reino Unido, tendo posteriormente feito uma pós-graduação em Gestão de Seguradoras, pela Universidade Católica de Lisboa.

Iniciou o percurso profissional em 2009 no Banco Privado Atlântico como gestor corporate. Na mesma instituição, desempenhou varias outras funções entre as quais director de centro de empresas e director comercial. Antes de ingressar no conselho de administração da Arseg, foi director comercial da Fortaleza Seguros desde 2016.

Os fundos são menos conhecidos, mas, em termos de PIB, têm um peso maior do que os próprios seguros. É cerca de 1,74% do PIB. Nos seguros, é 0,7%.



O nosso objectivo não é encerrar ou revogar licenças que já foram emitidas.



Mário Mujetes © VE

que a implementação da AngoRe não possa ficar na alçada da Arseg.

E já é possível estimar o montante do resseguro a ser cedido?

O montante do resseguro cedido, em 2020, foi de cerca de 73 mil milhões de kwanzas, o que equivale cerca de 75 milhões de euros e 65 milhões de dólares. Apesar de ser um valor inferior aos anos anteriores, estamos a fazer um bom trabalho. O resseguro vai sempre existir, porque estamos também a passar responsabilidades para fora, salvaguardando o futuro caso exista algum evento fora do nosso controlo.

Há quem pense que uma resseguradora nacional não faz mais sentido...

Economia/Política



Mário Nijates © VE

CAMPANHA AGRÍCOLA À ESPREITA E IMPORTAÇÃO ENCALHADA

Adubos subvencionados ainda sem 'luz verde' do Governo

AGRICULTURA. Operadores avisam que atraso na importação dos fertilizantes suportados pelo Governo vai afectar a produção deste ano. FertiAngola, maior importador, afirma que os termos ainda estão "confusos".

Por Júlio Gomes

O presidente da Associação dos Empresários do Kwanza-Norte (AEPKN) alerta que a campanha agrícola 2021/2022 poderá estar comprometida ao registar "os mesmos constrangimentos, ou ainda piores, por causa do atraso na implementação do plano do Governo de importação e comercialização de fertilizantes subvencionados".

Gilberto Simão mostra-se preocupado com o facto de a concertação do Governo com os operadores "ir muito devagar, quando os adubos já deviam ter chegado para distribuição antes de Setembro", alertando que isso "vai dificultar o arranque do ano agrícola".

"Tudo indica que há atrasos na importação de fertilizantes para serem comercializados a preços acessíveis. Os que já estão no país continuam a ser 'despachados' a preços que rondam os 24 mil kwanzas, quando há anos já compramos a 3 mil kwanzas o saco de 50 quilos do adubo 12-24-12", observa o líder

associativo, antevendo "sérios problemas".

Gilberto Simão elogia, por outro lado, a intenção do Governo "em ajudar as pequenas e médias empresas, sobretudo nesta fase de pandemia", mas, ainda assim, entende que "o melhor seria atrair investidores para o fabrico local de fertilizantes".

Uma ideia também partilhada pelo agricultor Monteiro Queiroz, para quem a contínua importação de 'inputs' eleva os custos de produção e, consequentemente, o produto final. "Assim a nossa produção não pode ser competitiva a nível interno e no mercado

NADA DEFINIDO

Os importadores queixam-se do atraso e consideram que "ainda nada está definido, nem mesmo os termos desta isenção anunciada pelo Governo". Um responsável da FertiAngola, sediada em Benguela, manifestou-se céptico quanto à concretização do plano uma vez que "não se sabe ainda a forma como o dinheiro será disponibilizado". "Está tudo confuso, quando já estamos na véspera de Setembro para o arranque da campanha agrícola", afirma.

A empresa tem, no entanto, em armazém, 60 mil sacos dos fertilizantes 12-24-12, que estão a ser vendidos a 22.600 kwanzas, em Benguela. O preço aumenta à medida que se distancia do litoral, havendo províncias onde o saco de 50 quilos custa 24 mil kwanzas.

A FertiAngola, com escritórios em Luanda e no Huambo, é o maior importador de fertilizantes do país, entre mais de uma dezena de empresas, que movimenta anualmente perto de 75 milhões dólares, para a importação de 40 mil toneladas do 'famoso' adubo 12-24-12, muito utilizado pelos camponeses.

CAMINHOS DA SUBVENÇÃO

O Governo anunciou, em Junho, a subvenção em 35% do preço real dos fertilizantes NPK-12-24-12, sulfato de amorim e ureia "para tornar mais fácil a vida dos produtores agrícolas, sobretudo daqueles que se dedicam à agricultura familiar".

Na altura, o ministro da Agricultura e Pescas, Francisco de Assis, esclareceu que a intenção era "permitir que os fertilizantes cheguem aos produtores a um preço mais acessível, que possam pagar".

Para operacionalizar o plano, o Governo escolheu o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (Fada) que devia receber, numa primeira fase, cerca de 17 mil milhões de kwanzas.

O Fada pagaria aos empresários o valor de mercado que fosse acordado em leilão. A instituição teria também a missão de trabalhar com os importadores ou empresários com fertilizantes à venda no país, estabelecendo com elas contratos. As empresas seriam ainda seleccionadas mediante um processo de leilão para, depois, estabelecerem com o Fada contratos de fornecimento dos fertilizantes para as cooperativas, escolas de campo e produtores organizados.

MEMORIZE

● O Governo anunciou, em Junho, a subvenção em 35% do preço real dos fertilizantes NPK-12-24-12, sulfato de amorim e ureia "para tornar mais fácil a vida dos produtores agrícolas".

regional", estima o agricultor, para quem, "se o Governo quiser mesmo impulsionar a actividade dos agricultores nesta fase complicada de pandemia, os adubos já tinham de ter sido importados e comercializados".

INICIOU, NESTA TERÇA-FEIRA, o concurso público para a gestão dos Terminais Marítimos de Passageiros do Kapossoke, Mussulo, Museu da Escravatura e Macôco, aberto a empresas nacionais e estrangeiras. A entrega de candidaturas termina a 22 de Setembro.

ÚLTIMOS SEIS MESES

Renda de imóveis dispara 30%

IMOBILIÁRIO. Aumento da inflação elevou a renda dos imóveis, apesar da estagnação das vendas. Apima leva proposta à mesa do Executivo para tentar salvar o sector.

Por Guilherme Francisco

Nos últimos seis meses deste ano, a renda dos imóveis registou uma subida de 30% enquanto as vendas continuam estagnadas em consequência da crescente inflação que, consequentemente, aumentou as taxas de juros. Os dados são avançados ao Valor Económico pelo presidente interino da Associação de Profissionais Imobiliários de Angola (Apima), Cleber Corrêa.

“Desde 2015, não há construções novas. Porque, com a inflação alta, as pessoas não conseguem aceder ao crédito e o promotor imobiliário não constrói porque não terá a quem vender”, descreve.

O líder associativo antevê um cenário cada vez mais “dramático” nos próximos anos na eventualidade de o Estado não tomar medidas que visam salvar o sector que ‘engatinha’ desde o início da crise económica. “Hoje é

mais interessante comprar título público, que dá uma remuneração de 25% do que comprar uma casa para arrendar”, observa, explicando que, dentro de quatro a cinco anos, poderá “não haver imóveis novos no mercado e as rendas vão subir”.

A Apima apresentou, entretanto, em Julho, depois de já o ter feito há um ano, um conjunto de propostas que podem salvar o sector no intervalo de quatro anos. As propostas foram apresentadas ao ministro de Estado para a Coordenação Económica e a mais outros 11 ministros e passam pela autorização do Estado aos bancos para que passem a usar 2% dos 22% de movimen-

tos bancários depositados obrigatoriamente no Banco Nacional de Angola para financiar imóveis sociais. “Se o Estado autorizasse os bancos a usarem 2% desse valor, que é muito dinheiro e que só pudesse ser usado pelos bancos para financiar imóvel social (casas e terrenos) com juros de 2,5% para imóveis até 10 mil dólares, 5% para imóveis até 25 mil, e 7,5% para imóveis até 50 mil, esse dinheiro faria uma revolução na economia angolana e criaria um círculo virtuoso que não pararia mais”, lê-se na proposta.

A outra via sugerida para o financiamento do sector passa pela criação de um imposto sobre as movimentações financeiras. Estudos da associação concluem que apenas 3% desses movimentos podem gerar pelo menos 800 milhões de dólares por ano. Finalmente, a Apima aponta o fundo do petróleo como outras das possíveis fontes de financiamento. Com mil milhões de dólares injectados na iniciativa, segundo a associação, seriam construídas mais de 160 mil casas sociais.

Mil

Milhões USD, fundos necessários para a construção de mais de 160 mil casas sociais.

Nem a estagnação das vendas e mesmo sem construções novas, as rendas voltaram a subir



PARCERIA COM O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

FAO alinhada na segurança alimentar

O Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Ministério da Agricultura e Pescas estão a liderar os debates provinciais dos ‘diálogos nacionais’, que decorrem em formato presencial e virtual, para que seja possível a participação das 18 províncias do país na busca de contribuições para a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Angola (ENSAN II) 2022-2030.

Segundo o documento, os diálogos nacionais em Angola enquadram-se nas consultas públicas sobre a nova ENSAN II 2022-2030, que tem como objetivo geral promover um sistema alimentar sustentável no país, “capaz de erradicar a fome e de alimentar adequadamente todos os angolanos, preservando os recursos naturais do país, assim como promovendo a sua resiliência alimentar”.

“A ENSAN II assenta na visão da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação, com a promoção de um sistema alimentar sustentável e resiliente e com a aceleração de investimentos que permitam atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS número 2 que visa a erradicação da fome a nível mundial até 2030”, refere o comunicado.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, apelou aos Presidentes e chefes de Governo do mundo a participarem no diálogo, visando os percursos nacionais para a transformação dos sistemas alimentares e acelerar a acção colectiva para alcançar os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Economia/Política



Ilha do Mussulo com resorts com comida estragada

LIXEIRA POR TRÁS DO LUXO NO CABO LEDO E NO MUSSULO

Resorts de luxo com alimentos podres e expirados



Número de funcionários, quase todos praticantes ou ex-praticantes de remo

INFRACÇÕES. Apesar da beleza e luxo, há ‘resorts’ que são um viveiro de alimentos expirados. Uma ronda da Aniesa, a empreendimentos turísticos do Cabo Ledo e do Mussulo, constatou irregularidades que atentam contra a saúde pública.

Por Mateus Alfredo

A autoridade Nacional de Inspeção e Segurança Alimentar (Aniesa) detetou diversos produtos alimentares em má conservação e até caducados e podres em resorts no Cabo Ledo e na Ilha do Mussulo. Entre as irregularidades, constam produtos fora do prazo de validade, como enchidos, car-

nes e pão, que foram apreendidos e destruídos.

Numa ronda efectuada no último fim-de-semana em Cabo Ledo e testemunhada pelo **Valor Económico**, a Aniesa verificou que o uso de produtos caducados, no resort Carp Diem, por exemplo, era consciente. Produtos como enchidos e carnes tinham rótulos com datas de fabrico e de expiração arrancadas. No caso do pão, o mau estado de conservação era evidenciado sobretudo pela cor verde e bolor. A Aniesa recolheu e destruiu todos os produtos.

Já na Ilha do Mussulo, em que o jornal não esteve presente, a

dias. “Mas tenho de percorrer quase 300km até Luanda para fazer compras, por isso, tinha de ter dois ou três funcionários para verificar as datas”, explica-se.

Apesar de reconhecer que os inspectores cumprem obrigações, o empresário questiona as razões de a Aniesa não abordar o Ministério do Turismo para listar toda a documentação necessária de uma empresa. “Eles vieram e foram-se embora e não deixaram aqui uma lista do que é necessário”, crítica, estranhando o facto de lhe terem sido solicitados documentos de que nunca ouviu falar nos 11 anos que a empresa opera na zona. “Nunca ouvi falar de licença de exploração ambiental. Vivemos num país onde não há lei, cada um diz uma coisa e nós temos de engolir, não sei quanto custa a licença de gerador”, reclama, apelando para que as visitas da Aniesa aos estabelecimentos sejam “didácticas”. “Não há o direito de fazerem esta pressão às pessoas, mas há de haver aqui uma seriedade na forma como abordam”, considera, insistindo que, se houvesse água canalizada, “estas coisas não deveriam acontecer”.

Com mais 40 trabalhadores, a maior parte dos quais residentes em Luanda, e com níveis baixos de facturação, Paulo Agostinho admite fechar portas.

Valdmiro Japão, o inspector da Aniesa que coordenou a operação, prometeu estender as preocupações do empresário aos ministérios de tutela. No entanto, não avançou o valor das multas, a serem aplicadas, face às irregularidades detectadas “por ser prematuro”.

Aniesa reportou as mesmas irregularidades, incluindo produtos deteriorados, no resort ‘Netu’s Village’, ao passo que o resort Keb foi alertado que é ilegal, ou seja, não está habilitado a exercer a actividade.

Paulo Augusto, proprietário do Carpe Diem, no Cabo Ledo, reconhece as irregularidades do estabelecimento, mas justifica-se com o “difícil acesso aos fornecedores e a distância”, ao mesmo tempo que descarta responsabilidade quanto às irregularidades administrativas detectadas. “Nós não temos energia, única fonte de energia é o gerador, é justo que tenham pedido a mim que as valas de drenagem estejam limpas? É preciso que as pessoas tenham sentido de Estado e percebam que não temos água em Cabo Ledo, a nossa água vem do rio Longa e é preciso um camião e custos enormes”, justifica-se o empresário, acrescentando que, se houvesse um supermercado perto, faria compras todos os

ADMINISTRAÇÃO Geral Tributária (AGT) avisa aos contribuintes enquadrados no regime geral que está em liquidação o pagamento provisório do Imposto Industrial.

METAIS PARA A INDÚSTRIA AUTOMÓVEL

Produção de 'terras raras' arranca em 2023

RECURSOS NATURAIS. Ministro Diamantino de Azevedo apresenta balanço do sector das minas no Kwanza-Norte a aponta vários projectos em fase de prospecção e exploração em várias províncias. Ferro, ouro, calcário, cobre e terras raras na ordem do dia.

Por Júlio Gomes

A produção e a primeira fase de beneficiamento de 'terras raras' (neodímio e praseodímio) no município de Longonjo, Huambo, devem iniciar em 2023, anunciou o ministro dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás, Diamantino de Azevedo, no balanço recentemente apresentado no Kwanza-Norte, por altura do 6.º Conselho Consultivo do Mirempet.

O neodímio e o praseodímio são dois recursos minerais importantes na indústria electrónica e servem para o fabrico de baterias para carros eléctricos. Diamantino de Azevedo revelou que, para além desta concessão do Longonjo, existem outras áreas em fase de prospecção no Namibe, Huíla e Cunene.

Outro recurso em prospecção, no Namibe, é o lítio, que conta com diversas aplicações na indústria, incluindo cerâmicas e vidros, ao passo que o cobre se encontra em fase avançada de estudo de viabilidade técnico-económico no Uíge.

Entre 2017 e 2021, no âmbito do fomento das actividades geológicas e mineiras, o Ministério procedeu à outorga de 644 títulos, 140 dos quais de prospecção,



Diamantino de Azevedo, ministro dos Recursos Minerais e Petróleo

2,6

Mil metros cúbicos, produção de calcário em 2017

288 de exploração, 259 alvarás para diversos recursos minerais com destaque para o diamante, ouro, ferro, manganês, nióbio, elementos de terras raras, metais ferrosos, metais básicos, calcário, areia siliciosa, gesso, granito, mármore, gnaiss, basalto, fosfato, bem como minerais industriais como a fluorite, berílio, lítio e cobalto, águas minero-medicinais e outros.

Especificamente sobre o ouro, o balanço aponta para a conclu-

são e implementação dos projectos mineiros de Chipindo, na Huíla, e Gandavira & Samboto, no Huambo. Entre 2019 e 2020, a produção foi inicialmente de 0,75 milhares de onças, crescendo para 5,44 milhares de onças, respectivamente.

Já a produção de rochas ornamentais se situou nos 47,52 mil metros cúbicos, em 2017; 54,75 mil metros cúbicos em 2018; 46,34 mil metros cúbicos em 2019 e 71,68 mil metros cúbicos em 2020.

A produção de calcário esteve na ordem de 2,67 mil metros cúbicos, em 2017, disparando para 32,79 mil metros cúbicos no ano seguinte, antes de baixar para 26,18 mil metros cúbicos em 2019. No ano passado voltou a cair, cifrando-se em 18,81 mil metros cúbicos.

Neste sector, segundo a análise, está em curso a identificação de zonas com predominância de calcário dolomítico para a sua promoção, bem como a identificação e legalização das empresas fornecedoras deste material ao Ministério da Agricultura e Pescas.

No segmento do ferro, o balanço reporta o acompanhamento dos projectos de pesquisa e exploração de Kassinga, Kutato-Cuchi, e Kassala-Kitungo. Ainda neste domínio, o ministro Diamantino de Azevedo anunciou a primeira exportação de 61.650 toneladas de minério na semana de 8 a 15 de Agosto e a previsão da construção de uma siderurgia na cidade do Namibe, em 2024.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA ZONA CONJUNTA
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola

A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na Zona de Interesse Comum está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras favoráveis a Angola. Pág. 14

PETROLEO
Potencial do onshore ignorado

Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos e promove a criação de emprego. A produção onshore em Angola marginal, abaixo dos 3%, com tendência a tendência mundial 6%, de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Págs. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanzas

A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (ABERANO) é o autor de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no âmbito de acordos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas

Empresa de Produção de Electricidade - EPICEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que deverão abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVIDADE DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE

A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inserido no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais evitam que o Governo não admita, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes marcam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Pág. 10-11

Moedas: **ANG** USD 150,9 x2 (+0,3) **EUR** 181,02 x2 (+0,7) **LIRA** 225,7 x2 (+0,3) **YUAN** 26,7 x2 (+0,1) **RAND** 10,5 x2 (+0,1)

Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Mercados & Negócios

BANCO NEGA A INFORMAÇÃO OFICIALMENTE

Ataques sucessivos roubaram documentos e deixaram BPC exposto



SEGURANÇA BANCÁRIA. Além de ataque informático do tipo ransomware, BPC sofreu outros de grande dimensão que causaram graves danos ao sistema informático e tiraram documentos importantes. Banco nega, entretanto, que tenha ocorrido roubo de documentos.

Por Guilherme Francisco

Quase um mês depois do ataque cibernético, o BPC não consegue recuperar o sistema informático e documentos

importantes agora na posse de hackers. Uma vasta equipa de peritos em cibersegurança tenta recuperar os dados, mas sem sucesso. Fonte próxima do processo garante ao *Valor Económico* que, além do ataque do tipo ransomware (que provoca bloqueio do sistema, tirando documentos e só os liberta com pagamento de milhões em criptomoedas), o banco público também sofreu outros tipos de ataques que deixaram mais vulnerável o sistema informático.

A fonte explica que dificilmente o banco conseguirá recuperar o sistema informático pelo facto de ocorrerem mais de dois ataques diferentes e os hackers não exigirem resgate. Uma visão partilhada também pelo auditor e especialista em prevenção de crimes informáticos Márcio Muhongo, para quem “o Estado

70.º

País a sofrer mais ataques informáticos é Angola.

angolano e o próprio BPC não estão em condições de pagar” em decorrência da crise “um eventual resgate”.

Além do roubo dos documentos, Muhongo não descarta a possibilidade de os hackers terem feito “avultadas” transferências de dinheiro, de modo que recomenda às instituições públicas e privadas a investirem “fortemente” na segurança cibernética, já que o preço a pagar por um ataque é mais caro e, às vezes, fora da possibilidade das instituições, podendo até levá-las a decretar falência. “Tem de se investir em software de cibersegurança, cópias íntegras dos dados, actualização da engenharia social e instruir os funcionários nestas matérias porque há pouca informação das origens dos ataques. Na maior parte das vezes, ocorrem por ingenuidade dos funcio-

nários ao abrirem documentos word, pdf, sites de publicidade, fotos, jogos no computador ou telemóvel ligados à rede de internet da empresa”, explica.

Por sua vez, o BPC confirma que um dos ataques que sofreu é o ransomware, mas nega que tenha havido roubo de documentos. Sem saber o propósito dos hackers, o banco explica que não foi ainda possível recuperar completamente o sistema informático e não sabe quanto tempo durará o processo. Apesar disso, refere, “o banco já está a funcionar quase na normalidade”, estando em curso a instalação de uma nova plataforma tecnológica.

De acordo com o Cybermap, site de ataques informáticos em tempo real, de 8 de Julho a 7 de Agosto, Angola sofreu 44.167 ataques do tipo ransomware. Só no dia em que o BPC anunciou o ataque informático, o país registou 1.628, desse tipo.

O site refere ainda que, a nível do mundo, Angola é o 70.º país a sofrer mais ataques informáticos. Até à tarde de segunda-feira, 09.08, registava 11.788 ataques web anti-vírus, 6.033 ‘intrusion detection scan’ e 1.355 ransomware.

Em Fevereiro deste ano, o Ministério das Finanças também sofreu um ataque informático, do tipo ransomware, que deixou bloqueados os emails e pastas partilhadas. O BPC nega que o ataque tenha provocado ‘roubo’ de documentos e refere que não recebeu até ao momento nenhum pedido de resgate dos hackers. No entanto, prevê concluir a instalação da nova plataforma electrónica “no mais curto espaço de tempo possível.”

O BANCO ANGOLANO de Investimentos (BAI) alterou o estatuto e em breve tornar-se-á uma sociedade aberta. A decisão foi tomada por unanimidade pelos accionistas. Deste modo, o banco está preparado para abrir o seu capital à bolsa.



GARANTE GRUPO ZAHARA

Governo sabia do encerramento das lojas do Nosso Super

Por Redacção

O Grupo Zahara garante que a decisão de encerrar as lojas Nosso Super “sempre foi do conhecimento” do Ministério da indústria e Comercio, contrariando a afirmação do Ministério na edição passada do Valor Económico, segundo a qual “não recebeu qualquer informação nesse sentido [de encerramento]”.

Em reacção à matéria dando conta do encerramento de lojas, a empresa gestora da rede Nosso Super garante que foram inclusive criadas equipas técnicas de trabalho que, durante meses, analisaram e discutiram várias opções, “inclusive o comunicado conjunto para a imprensa de todo um processo que culminou com a tomada da referida decisão”.

O Grupo Zahara justifica ainda o encerramento das lojas com o resultado da caducidade do contrato de gestão em Janeiro do próximo ano. O documento

inclui uma cláusula que prevê a “desmobilização e encerramento” das lojas em caso de não renovação do contrato.

“Não havendo renovação até um ano antes da data de verificação da caducidade, partir de Janeiro de 2021, a entidade exploradora deve começar, a partir deste período, o processo de desmobilização e encerramento, visando a devolução das lojas à entidade cedente, uma vez que não é admissível a renovação automática”, escreve na nota de esclarecimento enviada ao Valor Económico.

Confrontado com o encerramento, em matéria publicada na edição passada, o Ministério da Indústria e Comércio atirou a responsabilidade à empresa gestora, salientando ser a “responsável pela gestão integrada de todas as lojas da rede Nosso Super e o contrato não prevê o encerramento de parte das lojas”.

Por outro lado, o grupo Zahara garante ainda que tentou a renovação do contrato, possibilidade, entretanto, “gorada”, depois de “longas e aturadas reuniões de negociação entre as entidades cedente e exploradora”. O grupo afirma que se viu forçado a “tomar

medidas de gestão para não acrescentar as dificuldades já conhecidas”.

Em relação aos postos de trabalho, a empresa refere que, depois de observar “rigorosamente a Legislação laboral vigente”, não teve alternativa, “senão lançar mão aos mecanismos legais ao seu dispor, suspendendo apenas os vínculos jurídicos laborais dos colaboradores alocados às lojas que foram devolvidas à entidade cedente”, mas “salvaguardando todos os direitos e efeitos legais”.

Conforme noticiou este jornal, na edição passada, já foram encerrados quatro estabelecimentos localizados no Zamba III, Cacucaco, Sambizanga e Viana. As lojas ficam encerradas ao público, mas os funcionários ainda continuam a trabalhar até ao dia 15 deste mês. A cadeia Nosso Super integra o Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild), lançado em 2007, e que tinha como objectivo modernizar a rede comercial e criar novas oportunidades de negócio e de emprego. A rede tem 32 lojas espalhadas pelo país.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

DE JURE

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei das Actividades Comerciais em discussão

A Assembleia Nacional procede hoje, na 10.ª reunião plenária extraordinária, à discussão e à votação final das propostas de leis que alteram a Lei das Actividades Comerciais.

Durante a discussão na generalidade, no mês passado, o ministro do Comércio e Indústria justificou a necessidade de alteração com a adequação da lei ao novo quadro jurídico-constitucional, bem como a concretização das acções no âmbito do processo de reforma do Estado,

tendo em conta a nova realidade económica e social do país.

De acordo com Victor Fernandes, com esta proposta, o executivo pretende introduzir alterações pontuais à Lei das Actividades Comerciais, no sentido de ajustar o processo de licenciamento das actividades comerciais. Nesta terça-feira, os deputados discutem e votam ainda a proposta de Lei sobre a Reprodução humana medicamente assistida, que prevê regular a utilização de técnicas de reprodução, como a inseminação artificial, fecundação laboratorial ou 'in vitro' e transferência de embriões, bem como outras

técnicas que vão ser disponibilizadas em centros autorizados, com profissionais de saúde devidamente qualificados.

Estão igualmente agendadas a discussão e votação da proposta de lei Orgânica dos Tribunais de Relação, a movimentação de deputados, a discussão e a votação das resoluções sobre a apreciação do relatório de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE), referente ao primeiro trimestre de 2021, bem como a resolução que aprova os pedidos de substituição de membros das comissões provinciais e municipais eleitorais, propostos pela Unita e pelo MPLA.



Orlando Fernandes,
secretário de Estado
para a Justiça

GOVERNO QUER ADEQUAR DIPLOMA

Código do processo civil em consulta pública

O processo de consulta pública especializada sobre a revisão do Código de Processo Civil (CPC), no âmbito da consolidação, harmonização e reforma da legislação processual, arrancou esta segunda-feira, em Luanda.

A revisão, que é da responsabilidade da Comissão da Reforma da Justiça e do Direito, tem em consideração a necessidade de adequar o diploma à Constituição de 2010 e conformar os princípios estruturantes do processo civil aos constitucionais, como o do acesso ao direito e aos tribunais. O código em

revisão data de 1962 e, de acordo com o secretário de Estado para a Justiça, Orlando Fernandes, “já não consegue dar vazão completa ao actual estágio da evolução da sociedade angolana”.

Entretanto, Carlos Feijó, coordenador da comissão técnica, vê o consenso como a solução em casos desta natureza e avança que todas as propostas serão bem-vindas, uma vez que o projecto é “inclusivo e a participação de todos é sempre uma mais-valia”.

A consulta, uma iniciativa do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, conta, entre outros, com a participação de magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados, docentes e académicos e operadores da justiça e do direito.

NELO, LÍDER NA CONSTRUÇÃO DE BARCOS DE COMPETIÇÃO

Campeã olímpica com origem angolana

INDÚSTRIA. Arrecadou 25 medalhas nos Jogos Olímpicos, oito das quais de ouro. Regista um crescimento entre os 10 e os 15% anuais. 98 por cento do que produz é para a exportação. É uma empresa portuguesa, com origem em Angola, e é líder mundial no fabrico de caiaques e canoas desportivas.

Por Emídio Fernando

Ma n u e l Barros ‘ganhou’ o diminutivo ‘Nelo’ em Angola, onde nasceu e viveu até à adolescência. O nome dado por familiares quando ainda era miúdo serviu para ‘baptizar’ a empresa que lidera a construção de canoas desportivas.

O pai do empresário trabalhou no departamento de florestas, no Zaire, e hoje o empresário recorda-se de o ver “carregar eucaliptos para abastecer as máquinas dos comboios, pois, na altura, era essa a fonte energética”. Foi aí que bebeu o gosto e o respeito pela natureza, quando passou parte da infância no “meio do mato”. Em entrevista ao jornal português ‘Expresso’, revela ter tido “uma infância espectacular, da

qual guardo óptimas memórias de viver no meio de todo o género de animais, como leões, hienas, macacos, búfalos, recordações da floresta, dos rios e cascatas e, claro, dos meus amigos que viviam lá. Foi fantástico”.

Esse gosto pela natureza levou-o a dedicar-se aos desportos náuticos, em especial, ao remo. Mas foi em Portugal que conseguiu concretizar um sonho de adulto. Em 1978, Manuel Ramos inaugurou a fábrica de canoas e caiaques, em Vila do Conde, uma pequena cidade no Norte do país, conhecida no desporto, por ser a sede do clube Rio Ave.

Começou com um espaço pequeno e hoje a fábrica tem uma área de 20 mil metros quadrados onde trabalham 150 funcionários. Grande parte pratica, ou já praticou, canoagem. Nos últimos anos, o crescimento da empresa tem mantido um ritmo entre os 10 e os 15%. As exportações representam 98% da produção, com caiaques a chegar a 100 países, da Europa, ao Canadá, Japão, China ou Hong-Kong. Uma das regras de gestão da



Nascido em Angola, Manuel Barros lidera a construção de barcos desportivos

25

Número de medalhas conquistadas pela empresa Nelo

empresa é nunca depender de um país em mais de 6% a 7% da facturação.

A primeira medalha olímpica conquistada por uma embarcação, Nelo foi aos Jogos de Atlanta, nos EUA, em 1996. Desde essa altura, foi somando conquistas, cinco, em Sidney, na Austrália, 14 em Atenas, na Grécia, 20 em Beijing, na China, e 25 em Londres, em Inglaterra. Nestas Olimpíadas, repetiu o número de medalhas, 25, menos duas do que nos Jogos do Rio de Janeiro.

Fora da competição olímpica, as embarcações construídas pela empresa conquistaram mais de 100 medalhas em Mundiais. “O

98%

Percentagem das exportações da empresa Nelo

essencial é não nos limitarmos a fazer o que os outros fazem, queremos ser superiores à concorrência. Depois é preciso criar uma dinâmica vencedora. No nosso caso, isso significou chegar à alta competição e fazer o caminho ao lado de atletas ganhadores para criar uma imagem de sucesso”, foi a receita revelada por Manuel Barros, em entrevista ao jornal Expresso.

Manuel Barros orgulha-se de liderar uma empresa líder mundial em caiaques e canoas de alto desempenho. A fábrica é responsável pela construção dos barcos, desde a concepção até à prestação de serviços e tecnolo-

105

Número de funcionários, quase todos praticantes ou ex-praticantes de remo

gia. Todos os modelos são desenhados pela Nelo.

Mesmo sem se sentir um saudosista, Manuel Barros já confessou ter vontade de investir em Angola, mas há anos que enfrenta obstáculos. Tem um projecto de fazer crescer a canoagem em África, através de Angola, há mais de 10 anos. Os planos passavam por criar um centro de estágio, mas desistiu. Essa hipótese, como confessou ao Expresso, “foi posta de lado porque existem poucas camas e a vida é bastante cara”. O outro projecto, não totalmente ‘morto’, passa por ensinar em Angola, a construção de barcos de competição. Mas continua por concretizar.

(In)formalizando



VACINAS

Agricultores do Zaire capacitados sobre parcerias público-privado

Os agricultores do Zaire foram capacitados em matérias sobre parcerias público-privadas pelo Fundo das Nações Unidas (FAO) para a Agricultura e Alimentação. Foram no total 33 pequenos agricultores que participaram da acção formativa com o objectivo dar imputes a este grupo social, no sentido de melhorarem as suas rendas e a qualidade de vida, particularmente na produção de mandioca, banana e laranja. A formação enquadra-se no programa Agro-Prodesi em curso no país, coordenado pela FAO, em parceria com o Ministério da Economia e Pla-

neamento. O programa tem, como fim, a capacitação de agentes ligados ao agronegócio e as acções decorrem de Fevereiro a Novembro deste ano.

Flaviano Capita, facilitadora do encontro, considerou que se pretende, por via dos modelos de negócios inclusivos, que os pequenos produtores passem da agricultura de subsistência para uma actividade virada ao mercado, permitindo o aumento da renda e fazendo com que os pequenos agricultores da região possam beneficiar de ajuda de grandes empresas do ramo na melhoria das técnicas de produção.

DEFENDE AVMA

Vendedores de mercados devem ser inscritos no INSS

A Associação dos Vendedores dos Mercados de Angola (AVMA) quer que os vendedores dos mercados informais sejam inscritos no Instituto de Segurança Social (INSS).

Orlando Domingos, presidente da associação, aponta que a medida deve começar pelos mais de 67 mil vendedores dos 26 mercados informais da cidade de Luanda, entendendo que a efectivação proporcionará maior qualidade de vida aos operadores, após atingirem a terceira idade.

A associação defende, por outro lado, melhor organização dos mercados, de modo a garantir “boa funcionalidade”, isso com a instalação de água, casas de banho suficien-



tes, energia, meios de limpeza e saneamento básico. “Deve-se organizar a venda nos mercados em Luanda e, de forma geral, em todo país, para faci-

litar os tratamentos dos cartões que definem quem é ambulante, feirante e vendedor, assim como estabelecer os locais específicos de venda”, defende.



EM VÁRIAS PROVÍNCIAS

ADPP disponibiliza mais de 605 milhões de kz em projecto

A Organização Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) aplicou, nos últimos cinco anos, cerca de 950 mil dólares (mais de 605 milhões de kwanzas), em projectos agrícolas e de apoio à mulher rural em oito municípios de Luanda, Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malanje, Namíbe e Huíla, segundo fez saber presidente do conselho de administração, Rikki Viholmi.

De acordo o responsável que discursava na capital do Cuanza-Norte, Ndalatando, o projecto terá parceria do Ministério da

Acção Social, Família e Promoção da Mulher e poderá capacitar as camponesas em matéria de empreendedorismo, diversificação da economia, consciência jurídica, desenvolvimento comunitário, educação sexual, saúde reprodutiva, alfabetização, combate à malária e outras.

Rikki Viholmi disse que, no Cuanza-Norte, Cuanza Sul e Malanje, os projectos de apoio à mulher rural, em curso desde 2020, estão a beneficiar quatro mil camponesas, no quadro de um financiamento disponibili-

zado por uma empresa petrolífera, no valor de 200 mil dólares (mais de 126 milhões de kwanzas) para um período de três anos.

Já em Luanda, segundo informa o responsável, o projecto, iniciado em 2017 e com duração de cinco anos, está direccionado a 1.500 camponesas dos municípios de Belas e Icolo e Bengo, a quem a instituição presta apoio em técnicas de produção agrícola, empreendedorismo e desenvolvimento comunitário, à luz de um financiamento de 50 mil dólares/ano (mais de 31 milhões de kwanzas).

Qualidade e excelência no fornecimento de
PRODUTOS, SERVIÇOS & SOLUÇÕES INTEGRADAS
em **Informática e Telecomunicações**

DELL Technologies
TITANIUM PARTNER

SOMOS PARCEIROS QUALIFICADOS
E AUTORIZADOS PELA **DELL** PARA
DAR SUPORTE AOS SEGUINTE
PRODUTOS:

Powermax &
Vmax Family

Unity

VNX

Data Domain

Avamar

Para mais informações, ligue:

 **939 691 313**

OMNIdata
Informática e Telecomunicações

SEDE

www.omnidata.co.ao

f in @

Condomínio Belas Business Park, Edifício Namibe - Piso 8 - Talatona - Luanda - Angola

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Bem-vindo, querido leitor, a este seu espaço onde perguntar não ofende e em que olhamos para a semana que passou e que andou muito marcada, pelo menos na pauta dos nossos meios de comunicação social públicos, pelo que o governo chama 'a diplomacia económica'.

O Presidente esteve no Gana e 'convidou os empresários' ganeses a investirem em Angola. Antes esteve na Guiné-Conacri, onde fez o mesmo e recebeu uma condecoração, e antes na Turquia, onde 'convidou os turcos' a investirem em Angola... Estas manchetes do "PR João Lourenço convida investidores" são muitas... como se diria no sul muinnntaaassss mesmo, e vêm de longe, imutáveis, teimosas, repetitivas e quase inconsequentes, porque a aceitação desses convites continua a ser residual.

Em maio de 2017, o então ministro da Defesa Nacional e ainda candidato presidencial garantia já, a boa governação, transparência e combate à corrupção em Washington e 'convidava os investidores americanos a investirem no país e assim ajudarem na diversificação da economia angolana'.

Em Agosto 2017, já Presidente eleito, João Lourenço, que ia trabalhar para ser o reformador dizia: "As chaves serão a diversificação e as privatizações", e enumerava os quatro sectores que requeriam investimentos: indústria agrícola, indústria mineral, pesca e turismo. "Angola tem uma grande extensão, muitas terras cultiváveis, muita água, um clima muito propício que não tem inverno e pode ser uma grande potência agrícola, do tipo do Brasil", destacava o PR, sempre fã destas 'comparações californianas'. No

ano seguinte, falando durante um fórum de negócios, ocorrido em Setembro de 2018, em Nova Iorque, o Presidente da República de Angola convidava os empresários americanos a participarem no concurso público para a gestão do novo aeroporto internacional de Luanda, que, dizia ele em 2018 estar "em fase conclusão" (continua na fase de conclusão a meio de 2021 e que aliviados devem estar os investidores que não se meteram nessa aventura). Em Maio 2019, o PR convidava NOVAMENTE os investidores a investirem, desta feita, no turismo angolano na abertura de um fórum mundial, e o boletim informativo da Aipex de Outubro de 2020 trazia na capa mais um convite do Presidente em letras gordas "convido os investidores a explorarem o pacote de incentivos que oferecemos". Em Novembro, o PR João Lourenço, por videoconferência, exortava aos ingleses a investirem em Angola. Em dezembro 2020, "João Lourenço 'vende' potencial angolano além do petróleo nos EUA" escrevia a Euronews, dona de um pacote publicitário milionário para a promoção de convites de investimento que já foi alvo de toda a chacota pelos empresários nacionais que, conhecedores das dores do investimento em Angola, se perguntam onde estará aquela Angola maravilhosa descrita pela cadeia internacional. Pelo meio destes múltiplos convites, o PR convidou alemães, japoneses, nórdicos, indianos, portugueses (antes de parecer zangar-se, porque os tugas têm media independentes e que tanto falam da corrupção da Isabel dos Santos como da dos nossos ministros em funções, e) se virar para os convites aos espanhóis. Na semana passada, calhou o convite aos ganeses e antes aos turcos, e certamente haverá muitos convites que escaparam aqui menção, mas que têm em comum os resultados medíocres em termos de aceitação.

Parece ter havido certo ranking dos convites a enviar: primeiro americanos, depois do Norte da Europa, quando não deram resposta vimos convites aos russos, chineses (que a diplomacia económica inicial tinha desdenhado a favor dos americanos),



Quem vai aceitar investir numa economia manietada por um partido? Passados quase cinco anos de convites não está na hora de o discurso deixar de estar virado para os de fora para focar nas emergências cá dentro?

espanhóis e à falta dos outros, e em fim de mandato, fazem-se os convites aos turcos, os ganeses e afins.

E agora pergunto eu, estes convites todos sem resposta não é caso para dizer "Coitado do PR?" Corre o risco de se sentir rejeitado, como uma criança que, depois de meses a preparar os convites a idealizar a festa a prometer maravilhas aos colegas na escola: "vai ter escorrega, vai ter comida, vai ter cantor, vai ter jogos, vai ter palhaço", mesmo assim se vê sozinha, nenhum coleguinha da escola aparece – o trauma! É que à festa que a diplomacia económica angolana anda a prometer há mais de 4 anos não têm aparecido muitos convidados presenciais.

O que tem havido sim são linhas de crédito e financiamentos diversos que também, na semana passada, levaram o FMI, que se tem esforçado por enaltecer o Governo pelas reformas e que autorizou outro desembolso de 770 milhões de dóla-

res recentemente, a levantar um cartão amarelo em aviso de 'muito cuidado com o endividamento'. É verdade que as linhas de crédito por si só significam um certo nível de confiança na recuperação da economia angolana ou pelo menos nos seus activos (como o petróleo que, ao contrário de quando PR assumiu o leme do país, andava pelo 40 dólares e que, desde 2019, ronda os 70 dólares). Mas dívida é dívida e tem de ser paga, com juros que hipotecam o país. Os convites de investimento que inclusive levaram o PR a voar, e voar que chega – esses - poucos investidores aceitam, e agora pergunto eu, porque será que não aceitam os convites do chefe? Estará a resposta num dos inimigos cimeiros do investimento? A volatilidade?

A nossa economia com uma inflação acima dos 25%, uma moeda que, desde o início dos convites, vem estando em queda livre, quedando com ela o poder de compra e as reservas vitais num país que importa de tudo; com níveis de desemprego que ameaçam a estabilidade social, serão esses motivos para os investidores desconfiarem da festa prometida? Uma festa de um governo que tem a economia sempre em cafrique da máquina do Estado e das decisões do Governo? Quer através dos contratos que faz e depois vai considerar se honra ou não, ou das decisões de nacionalização que nem passam por tribunais? Esse não parece convite daquelas festas que já todos sabem que sai pancadaria de bêbados? Estará a resposta no simples ouvir o que dizem os empresários locais, alguns com muitos anos de trabalho e que descrevem com experiência in loco as dificuldades de investir, de facto, em Angola? Esta semana, um jovem empresário de Benguela descreveu mais uma dessas dificuldades que se juntam a uma estrutura de impostos de primeiro mundo com oferta de infra-estruturas de terceiro, com falta de básicos como fornecimento sustentado de água e luz – que é a politização da actividade económica. Tri-chu, um jovem empresário que forneceu serviços ao partido Unita, palcos e afins, foi repreendido e ameaçado por pares do partido no poder que está habituado a que a lealdade partidária se sobreponha à necessidade de pagar salários e sustentar empresas. Quem vai aceitar investir numa economia manietada por um partido? Passados quase cinco anos de convites não está na hora de o discurso deixar de estar virado para os de fora para focar nas emergências cá dentro?

Os sistemas contabilísticos empresariais são parametrizáveis, de forma a permitir o seu apuramento e inclusão nas facturas emitidas.

Imposto Especial de Consumo – Passos acertados na modernização fiscal



Lisa Rato,
Senior Manager
EY, Tax Services

uma taxa geral de imposto de 14% às importações e transmissões de bens, sem diferenciação entre produtos (excepção feita à cesta básica e insumos agrícolas).

Mantendo-se o interesse em dissuadir o consumo de determinados produtos, que possam ser considerados supérfluos ou até nocivos para o consumo/ambiente, foi criado o Imposto Especial de Consumo (IEC) em 2019, por via da Lei n.º 8/19, de 24 de Abril (posteriormente alterada pela Lei n.º 18/19, de 13 de Agosto), que previa a aplicação de uma taxa adicional de imposto sobre estes produtos.

Algumas normas do IEC, foram “reaproveitadas” do Regulamento do IC, nomeadamente a liquidação do imposto, para bens produzidos em Angola, que tinha por base o custo de produção. Contudo, o “custo de produção” nem sempre é de fácil apuramento numa fábrica: como incorporar variações no preço de matérias-primas? Que salários e custos administrativos devem ser imputados à operação fabril?

Em suma, a modernização nem sempre é sinónimo de mais e melhor tecnologia. Por vezes, o progresso atinge-se por via de um olhar crítico sobre as dificuldades sentidas pelos agentes económicos na aplicabilidade de um imposto.

Como quantificar a água/electricidade gasta no processo fabril? Que amortizações considerar?

A obrigação de inclusão do IEC na factura emitida era outra dificuldade. Afinal, para o fazer, estar-se-ia a divulgar ao grossista – de forma indirecta – o custo de produção e a margem obtida.

A modernização do IEC surge precisamente neste contexto. Com a recente publicação da Lei n.º 16/21, de 19 de Julho (Lei do IEC), este imposto passará a ser liquidado – para os bens produzidos em Angola – sobre o valor da transacção (valor de venda).

Nada mais fácil do que apurar o IEC sobre o valor das transacções! Os sistemas contabilísticos empresariais são parametrizáveis, de forma a permitir o seu apuramento e inclusão nas facturas emitidas. E os contabilistas deixarão de despende tempo na preparação e revisão de mapas de custos de produção, os quais são complexos e de difícil reconciliação.

Esta notícia será também bem-vinda para os técnicos da AGT.

Auditar o IEC passa a ser simples, uma vez que os ficheiros SAF-T de vendas já contêm toda a informação necessária para o efeito.

Com uma alteração pequena, mas importante ao nível de uma norma fundamental, o legislador conseguiu reduzir substancialmente o tempo que todos nós iremos despende com o apuramento do IEC. Tempo esse que agora pode ser investido em tarefas de maior valor acrescentado.

Poder-se-á argumentar que esta alteração aumenta o custo para o consumidor final? Eventualmente. A base de cálculo de imposto (custo de transacção vs. custo de produção) é agora maior, embora o legislador tenha tido o cuidado de balancear este aspecto com uma redução geral da maioria das taxas de IEC. Ademais, importa ter em conta o impacto benéfico que a simplicidade fiscal tem para a economia do País. Para um investidor estrangeiro, será sempre mais apelativo investir onde as normas são claras, estáveis e de fácil aplicação, reduzindo a subjectividade e eventuais surpresas em sede de inspecção. São pequenos factores, mas que contribuem para potenciar a geração de emprego e diversificar a economia.

Em suma, a modernização nem sempre é sinónimo de mais e melhor tecnologia. Por vezes, o progresso atinge-se por via de um olhar crítico sobre as dificuldades sentidas pelos agentes económicos na aplicabilidade de um imposto.

A nova Lei do IEC atinge esse objectivo, sendo louvável pela sua simplicidade e eficácia, com benefícios imediatos para as empresas, técnicos da AGT e para o País como um todo. Que a modernização continue!

A

Reforma Tributária está a completar uma década de vida

Ao longo destes 10 anos, uma das palavras-chave tem sido a “modernização” do sistema fiscal. Mas o que significa a “modernização” ao certo? Para muitos, esta expressão está associada ao uso de computadores poderosos, ferramentas/aplicações web, blockchain ou softwares sofisticados.

Porém, há alturas em que a “modernização” pode ser atingida com um simples adequar das normas mais elementares de cada imposto. Passamos a explicar.

Até há dois anos, o Imposto de Consumo (IC) tributava, entre outros, a produção de bens em Angola e a sua importação, aplicando taxas reduzidas a alguns bens alimentares, e taxas elevadas para bens considerados como sendo de luxo (ex. perfumes, joalharia, bebidas alcoólicas, tabaco).

Com a substituição do IC pelo Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), passou a ser aplicada





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Edição 270 Likes 226 Partilhas 27

As publicações do Valor Económico na sua página do Facebook esta semana alcançaram mais de 233 mil internautas e registaram mais de 33 mil interações entre partilhas, emoções e comentários, sendo o texto mais comentado sobre o encerramento de várias lojas da rede Nosso Super que o Ministério afirmou desconhecer.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Graças e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Jose Maria Coelho

Milagres era no tempo do partido único. Hoje há que haver rigor na gestão quer da coisa pública quer na actividade privada. Quando as Empresas que o governo vem retirando da tutela dos "ex donos" ficam entregues a pessoas inexperientes o resultado é que se vai vendo.



José Fernandes

Jose Maria Coelho kkkk o próprio governo está entregue a pessoas inexperientes



António Jacinto

Jlo disse não faz milagres porque Jesus Cristo morreu a muito tempo. Looo! Esteveao Mario TioStelvio Não só em Luanda, mas quase em todas outras Províncias a exemplo do Bié, Huambo, Meningite... Muita tristeza ver este episódio.



Manuel Lopes Silva

Acho que isso só vai desestabilizar a nossa economia, e mas uma vez quem tem um poder de comprar de baixo custo vai uma vez recorrer ao mercado informal por lhe tirarem o poder de compra. E estou a notar que uma empresa estrangeira esta ganhar terreno enquanto as nacionais estão a falir.



Eddy De Deus Eddy

Eu já sabia que isso ia acontecer, porque esta rede depende totalmente da rede Kero nos produtos até a gerência, já que o Kero está em falência é normal Nosso Super também entre em falência total, brincadeira!!



Kaneki Ken Gabrielly YK

Mas os cegos e surdos do MPLA que só gritam viva, não querem ver o povo feliz. Assim em 2022, vão já baixar os preços das coisas especialmente da cesta básica. As compras nos supermercados são devido à higiene e segurança dos produtos, mas como esses animais que vivem no luxo são incoerentes é por isso não se importam com os mais necessitados. Vamos para mudança



Vilma Lima

Já era de se esperar o Nosso Super já esta com escassez de alimentos a mais de 2 anos, agora só piorou triste realidade do País.



Moises Mateus Gonsalves Moy

Este governo do MPLA é bom em piorar o que já está mal, só basta lhes dar o comando que tudo se descomanda.



Koza Afonso KZ

Mas aqui gostam de brincar, como é que o ministro não sabe que os "Nossos Super" [porque são deles] estão a fechar se agora já são da pertença do Grupo Zaraha [que tem o Kero] e sabemos como está?



Jorge Ntula

Muito triste, mais desemprego no país. Essa ADM do JLO anda atacar as empresas em vez de ajudar.



DConuay Lamb

Jorge Ntula antes do JLO subir, essa rede de supermercados já estava em falência técnica. Deixem de ser críticos sem nexos



Dinis Armando Guisado Kipaca

Eu sou funcionário do Nosso Super tudo começou com o combate a corrupção desde que o Estado recebeu em Outubro de 2020 nunca houve investimento ou seja o Estado não esta preocupado com os supermercados.



Kito De Carvalho Reggae

É sempre assim, vão elevar a rede de supermercados a falência, para depois aparecerem como os salvadores.



Manucho De Sousa

A do Uíge só não fecham porque parece que não têm fechaduras é doloroso



Rodrigo Guimaraes

Estão preocupados com as mixas e esquemas como é que vão se aperceber do que se passa no país. As repartições do estado para se tratar de um documento só com mixa a descarada já perderam a vergonha. O dinheiro já nem entra para os cofres do estado é direto para os bolsos dos funcionários públicos. Na samba na gamek chega as sextas feiras os impressos desaparecem só aparecem com dinheiro vivo nem aceitam cartão. Muitos vigaristas mafiosos alternância é urgente.

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Covid-19



VACINAS

Distribuição internacional totaliza 380 milhões de doses

Mais de 380 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 foram distribuídas pelo mecanismo Covax a um total de 138 países, sobretudo do continente africano, América do Sul e sudeste asiático, segundo dados publicados pelo portal da Unicef.

O Covax foi lançado nos primeiros meses da pandemia e é financiado por doadores privados e pelos países mais ricos e tem como objectivo garantir o acesso à vacinação.

A Unicef, em colaboração com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), está envolvida nos esforços para obtenção e fornecimento de doses aos países mais pobres.

De acordo com os dados disponíveis no portal da Unicef, que indica as quantidades respeitantes ao percurso do destino das vacinas pretendidas por Estados ou através de acordos bilaterais, o Covax reúne neste momento um conjunto de nove vacinas das quais que se destaca o composto da Novavax (1.350 mil milhões), além das vacinas da AstraZeneca, da Clover Biopharmaceuticals, Janssen, Moderna, Pfizer BioNTech, Sanofi/GSK, Sinopharm, e Sinovac.

Sob a coordenação da

Comissão Europeia, prevê-se a distribuição de 4,1 milhões de doses, sendo que o composto da Pfizer BioNTech é aquele que apresenta o maior número de doses (2,4 mil milhões), além das vacinas que devem ser produzidas pela AstraZeneca, Curevac, Janssen, Moderna e Sanofi/GSK.

Como destinatário, os Estados Unidos pretendem reunir seis compostos: AstraZeneca, Janssen, Moderna, Novavax, Pfizer BioNTech e Sanofi/GSK totalizando 3.560 mil milhões de doses.

Seguem-se a Índia (1.856 mil milhões de doses); os países da União Africana 750 mil milhões e o Reino Unido (629 mil milhões de doses).

A Tailândia, que enfrenta actualmente um surto da doença, aparece apenas na 20.ª posição como eventual destinatário de vacinas em virtude de acordos bilaterais.

O último acordo bilateral para a obtenção de vacinas, segundo o mesmo portal, data do passado dia 26 de Julho e prevê a recepção de um lote do composto Sinopharm.

A última compra directa ocorreu em Taiwan no dia 12 de Julho com a aquisição de doses da Pfizer BioNTech.

EM MEMÓRIA E HOMENAGEM ÀS VÍTIMAS

Chile decreta dois dias de luto

O presidente chileno decretou dois dias de luto nacional “em memória e homenagem” às mais de 36 mil mortes causadas pela pandemia da covid-19 no país.

O anúncio de Sebastián Pinera foi realizado durante uma cerimónia na Praça Central da Cidade em Santiago do Chile, onde 460 luzes foram acesas em memória dos mortos, enquanto um membro da força policial fazia um silêncio e a enorme bandeira chilena hasteada no local era colocada a meia haste. “É tempo de unir os nossos corações e vontades para superar esta pandemia e ser inspirado pelo testemunho

e exemplo daqueles que não sobreviveram”, disse o chefe de Estado. A homenagem contou com a presença de familiares das vítimas da covid-19 e funcionários da saúde que assistiram em nome do público, bem como do ministro da Saúde, Enrique Paris, e dos subsecretários dessa pasta, Paula Daza e Alberto Dougnac.

“Tivemos um encontro emocional com um grupo de familiares das vítimas desta pandemia, e juntamente com eles, recordamos os seus entes queridos (...) Para além de lembrar, queremos prestar uma sincera homenagem a cada uma das vítimas”, salientou Pinera.

ANALISA ESTUDO

Depressão nos jovens aumenta

Um estudo de análise à escala global estima que um em cada quatro jovens tenha sintomas de depressão elevados e um em cada cinco apresente sintomas de ansiedade altos devido à pandemia da covid-19.

O trabalho, uma metanálise de 29 estudos em que participaram 80.879 jovens de várias regiões do mundo, foi realizado por cientistas da Universidade de Calgary, no Canadá, e publicado na revista científica JAMA Pediatrics.

Em comunicado, a universidade realça que os sintomas de depressão e ansiedade duplicaram nas crianças e adolescentes devido à pandemia.

Segundo a metanálise, que incorpora estudos da Ásia Central, Europa, Médio Oriente e das Américas do Norte, Central e Sul, são as raparigas e os jovens mais velhos que demonstram níveis mais elevados de depressão e ansiedade.

“Estar socialmente isolado,

afastado dos amigos, das rotinas escolares e das interações sociais revelou ser muito duro para as crianças”, assinalou uma das co-autoras do estudo, Sheri Madigan, citada pela agência noticiosa Efe, enfatizando que os índices de ansiedade e depressão aumentam quando são impostas mais restrições.

Outra das autoras, Nicole Racine, salientou que o “apoio social” dado aos jovens pelos amigos “diminuiu em grande medida ou, em alguns casos, faltou por completo durante a pandemia”, devido aos confinamentos prolongados.

“Estes jovens não imaginavam que, quando se formassem, nunca chegariam a despedir-se da escola, dos professores ou dos amigos e há um processo de luto associado a isso”, sustentou a psicóloga clínica.

Ambas as investigadoras pedem mais apoios para a saúde mental de crianças e adolescentes em momentos críticos como uma pandemia.



COMBATE À PANDEMIA

Angola recebeu 165 mil doses da Janssen

Angola recebeu as primeiras 165.600 doses de vacinas da farmacêutica Janssen. Vacinas de dose única vão facilitar inoculação de populações transumantes ou nómadas, dizem as autoridades.

As vacinas da farmacêutica Janssen, do grupo Johnson & Johnson foram adquiridas pelo Governo através de uma plataforma da União Africana.

Segundo o secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda, estas vacinas serão administradas no Cunene, Kuando-Kubango, Huíla e Namibe.

“Estas vacinas vão facilitar-nos vacinar sobretudo as populações transumantes ou até nómadas, já procedemos ao levantamento das pessoas que temos nesta condição e, nos próximos dias, poderemos iniciar o processo de vacinação”, referiu Franco Mufinda, em declarações à imprensa.

Franco Mufinda frisou que cada vacina, de dose única, foi adquirida ao custo de 7,5 dólares.

A MAIORIA DAS MORTES por covid-19 em Portugal tem acontecido em população com mais de 80 anos e com doenças de risco, mesmo com vacinação completa.

ESTIMULO ÀS VACINAS

Berlim lança noites de vacinação

Berlim, a capital alemã, estreou a iniciativa 'Lange Nacht des Impfens' (Longa Noite de Vacinação), que junta mais de duas dezenas de DJ, e a possibilidade de ser vacinado contra a covid-19. O objectivo, revelou o Departamento de Saúde do Senado de Berlim, é atrair os jovens a um dos principais postos de vacinação da cidade, o Arena, habitual palco de espectáculos na cidade.

A iniciativa, destinada a maiores de 16 anos, não obriga a registo e é gratuita. Também não é necessária a apresentação de documento de identificação, garantem as autoridades.

As vacinas da Pfizer-BioNTech e da Johnson&Johnson serão administradas das 20:00 às 00:00. Os jovens que tenham entre 16 e 18 anos precisam do consentimento assinado pelo responsável legal.

No total, estão previstas três noites, a 9, 11 e 13 de Agosto, com a presença de DJ a viver em Berlim como "Basti Tiefschwarz", "DJ What" ou "Gloria Viagra". "Berlim pode vacinar, Berlim pode festejar – agora estamos a fazer as duas coisas juntas", sublinhou Dilek Kalayci, senador com a pasta da saúde.

Os artistas que actuam durante as três noites no Arena Berlim, têm estado a trabalhar nos centros de vacinação da cidade, considerando esta a melhor forma de ajudar e poder voltar a fazer aquilo de que gostam.

Mais de 54% da população na Alemanha já recebeu a vacina completa, mas o progresso está a desacelerar, o que faz com que muitos estados estejam a discutir novas medidas para cativar mais gente.



DESACREDITANDO O CORONAVAC

Bolsonaro diz que só toma vacina reconhecida na Europa e nos EUA

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, disse que só vai tomar uma vacina contra a covid-19 que lhe permita viajar e voltou a desacreditar a CoronaVac, vacina patrocinada pelo governador de São Paulo, João Doria.

"Vou tomar a vacina que pode entrar no mundo todo. Não posso tomar essa vacina (...) lá de São Paulo, que não está aceita na Europa, nem nos Estados Unidos. Eu viajo o mundo todo, tenho de tomar a específica aceite no mundo todo", disse Bolsonaro, em entrevista a uma rádio de Natal, capital do estado brasileiro do Rio Grande do Norte.

O chefe de Estado referiu-se a CoronaVac, vacina desenvolvida pela Sinovac, que tem autorização para uso emergencial no país e também aprovação da Organização Mundial da Saúde (OMS), mas que ainda não é aceite nos países da União Europeia, nem nos Estados Unidos.

No Brasil, este medicamento foi viabilizado por uma parceria firmada directamente pelo Instituto Butantan, órgão ligado ao Governo regional de São Paulo, com a Sinovac.

A declaração de Bolsonaro é um novo capítulo de uma disputa interna do presidente contra o governador 'paulista', de quem foi aliado nas últimas eleições, mas que se tornou um defector político, quando demonstrou interesse em se candidatar à Presidência da República em 2022.

Em Outubro do ano passado, quando todos os imunizantes estavam em fase de desenvolvimento e não havia aplicação de nenhuma vacina contra a covid-19, o presidente brasileiro chegou a dizer que não compraria a CoronaVac, medicamento que ele chamou publicamente de "vacina chinesa do Doria" e de cuja eficácia disse desconfiar em razão da "origem" chinesa.

ATÉ FINAL DO MÊS

Governo mantém Luanda sob cerca sanitária

O Governo decidiu continuar com a cerca sanitária de Luanda apesar de várias vozes da sociedade civil estarem contra. A informação foi avançada pelo ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, que revelou que a cerca sanitária de Luanda vai manter-se até final deste mês.

Francisco Furtado falava na conferência de imprensa de apresentação das novas medidas do Decreto Presidencial sobre a situação de calamidade pública.

Segundo o governante, é sintomático o aumento diário de casos positivos de covid-19 no país, sendo a evolução epidemiológica preocupante em algumas províncias ao longo da fronteira nacional, especialmente na Lunda Norte, Moxico e Cunene.

O dirigente frisou que o movimento das populações nas zonas fronteiriças com os países vizinhos da República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia, está a potenciar a importação do novo coronavírus.

"E de igual modo os aglomerados de pessoas em mercados, paragens de transportes colectivos e não uso de máscara facial tem propiciado o contágio do vírus SARS-CoV-2 nas comunidades", disse.

Em Luanda regista-se o abrandamento de casos positivos e o aumento de recuperados da doença, no entanto, prosseguiu Francisco Furtado, a recuperação é também acompanhada de um incremento de novos casos, particularmente nas províncias fronteiriças.



Marcas & Estilos



Indispensável

A Bandeja Dual Marble é de alto design, para o dia-a-dia. Combinando mármore italiano com ouro e prata polidos, o design ajusta a natureza com o estilo moderno. Vai achar indispensável, um suporte para um bule e chávenas de chá, para tigelas de uma deliciosa sobremesa caseira ou uma vitrina para os queijos favoritos.



Sem tempo a perder

Disponível pela primeira vez numa caixa de latão! O Bodoni agora em BRASS tem linhas limpas que oscilam cuidadosamente do claro ao escuro e vice-versa. Um relógio verdadeiramente atemporal.



RECREIO

Um desempenho esmagador

Um super-carro da Maserati demorou muito, mas o MC20 parece que valeu a pena esperar. Os primeiros exemplos apresentam uma unidade a gasolina V6 twin-turbo, mas, mais tarde, um modelo totalmente electrificado irá esmagar 0-62 mph em menos de dois segundos.

O carro leve com três motores combina um único motor no eixo dianteiro e um par na traseira. É 100 kg mais pesado que o MC20 a gasolina, mas isso só aumenta o desempenho do carro. Os modelos V6 chegam a custar quase 260 mil dólares.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 16 DE AGOSTO

Formação de consultores e gestores de negócios, entre as 16h00 e as 18h00, no Digicenter - Coworking, 20 mil kwanzas. Contactos: 949 089 664 / 995 345 00

14 DE AGOSTO

Lançamento do livro 'O reino e o gigante sem coração', da autoria de Sofia P. Costa, no Memorial Dr. António Agostinho Neto, às 10h00. Contacto: 931 167 191.

DE 27 A 29 DE AGOSTO

Administração de Cangandala e a C.calas Angola realizam a 1.ª edição da Feira Expo Cangandala, sob o lema 'Cangandala terra da palanca negra, um lugar de diversificação da economia nacional', em Malanje. Contactos: 943 244 057 / 934 266 734.

LIVROS



JALAN KENDETH, o neto da Rainha Vermelha e décimo na linha de sucessão ao trono, é um verdadeiro hedonista sem pretensões políticas, que se viu obrigado a abandonar a boa vida após sofrer uma tentativa de assassinato.



DESDE QUE BEN colocou ordem na casa em A Noite dos Mortos-Vivos (1968), de George A. Romero, ver um personagem negro como herói nos filmes de terror se mostrou possível, e para lá de necessário.



TURISMO

Visita obrigatória

O retiro na Lagoa Azul, na Islândia, é muito, muito mais do que um destino de spa. A beleza significa que cada momento é um sonho e um antídoto glorioso para um ano terrível de pandemia.

O hotel é cercado por água azul leitosa quente o suficiente para produzir nuvens de vapor, envolvendo tudo em névoa. Os hóspedes têm acesso a uma secção privada espectacular, formada por rochas vulcânicas.

O restaurante do hotel, Moss, é uma visita obrigatória. O menu degustação inclui pratos como rena defumada com pinho, Gravidax de dar água na boca, sorvete de alcaçuz picante e pistache ainda quente Magdalenas. Tudo, é claro, acompanhado de vinho daquela que é provavelmente a adega mais fabulosa da Islândia.

SEGUNDO RELATÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS

Clima global está em ‘alerta vermelho’

ALERTAÇÕES CLIMÁTICAS. Relatório pede aos dirigentes mundiais, que se vão reunir na Conferência do Clima na Escócia, em Novembro, que alcancem “sucessos” na redução das emissões de gases de efeito estufa.

O secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), António Guterres, classificou como “alerta vermelho” sobre as energias fósseis que “destroem o planeta”.

O relatório foi divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) nesta segunda-feira (9).

Segundo avaliação de Guterres em comunicado, o relatório mostra uma avaliação científica dos últimos sete anos e “deve significar o fim do uso do carvão e dos combustíveis fósseis, antes que destruam o planeta”.

O secretário pede que nenhuma central de carvão seja construída depois de 2021. “Os países também devem aca-

bar com novas explorações e produção de combustíveis fósseis, transferindo os recursos desses combustíveis para a energia renovável”, acrescentou o secretário-geral da ONU.

O relatório estima que o limiar do aquecimento global (de mais 1,5° centígrado), em comparação ao da era pré-industrial, vai ser atingido em 2030, dez anos antes do que tinha sido projectado anteriormente, “ameaçando a humanidade com novos desastres sem precedentes”.

“Trata-se de um alerta vermelho para a humanidade”, disse António Guterres. “Os alarmes são ensurdecedores: as emissões de gases de efeito estufa provocadas por combustíveis fósseis e a deflorestação estão a sufocar o nosso planeta”, disse Guterres.

No relatório, pede igualmente aos dirigentes mundiais, que se vão reunir na Conferên-

cia do Clima (COP26) em Glasgow, na Escócia, em Novembro, que alcancem “sucessos” na redução das emissões de gases de efeito estufa.

“Se unirmos forças agora, podemos evitar a catástrofe climática. Mas, como o preste relatório indica claramente, não há tempo e não há lugar para desculpas”, apelou o mais alto responsável da ONU.

MAIS ALTA QUE NO PRÉ-INDUSTRIAL

De acordo com o documento do IPCC, a temperatura global subirá 2,7 graus em 2100, se se mantiver o actual ritmo de emissões de gases de efeito estufa. No novo relatório, que saiu com atraso de meses devido à pandemia de covid-19, o painel considera vários cenários, dependendo do nível de emissões que se alcance.

Manter a actual situação, em

MEMORIZE

● Os peritos reconhecem que a redução de emissões não terá efeitos visíveis na temperatura global até que se passem duas décadas, ainda que os benefícios para a contaminação atmosférica possam ser notados em poucos anos.

234

Autores participaram do estudo agora publicado.

que a temperatura global é, em média, 1,1 grau mais alta que no período pré-industrial (1850-1900), não seria suficiente: os cientistas prevêem que, dessa forma, se alcançaria um aumento de 1,5 grau em 2040, de 2 graus em 2060 e de 2,7 em 2100.

Esse aumento, que acarretaria mais acontecimentos climáticos extremos, como secas, inundações e ondas de calor, está longe do objectivo de reduzir para menos de dois graus, fixado no Acordo de Paris, tratado no âmbito das nações, que fixa a redução de emissão de gases de efeito estufa a partir de 2020, impondo como limite de subida 1,5 grau centígrado.

O estudo da principal organização que estuda as alterações climáticas, elaborado por 234 autores de 66 países, foi o primeiro a ser revisto e aprovado por videoconferência.



De acordo com o IPCC, a temperatura global subirá 2,7 graus em 2100.

Educação & Tecnologia



Huawei divulga os resultados comerciais do primeiro semestre de 2021

PUBLICIDADE. [Shenzhen, China – 6 de agosto de 2021] A Huawei divulgou hoje os resultados comerciais do primeiro semestre de 2021. O desempenho geral foi conforme o previsto.

No primeiro semestre, a Huawei gerou 320,4 bilhões de yuans em receita, com margem de lucro líquido alcançando 9,8%^[1].

- Receita de negócios da operadora: 136,9 bilhões de yuans
- Receita de negócios corporativos: 42,9 bilhões de yuans

- Receita de negócios para consumidor: 135,7 bilhões de yuans

"Definimos nossas metas estratégicas para os próximos cinco anos", afirmou Eric Xu, Presidente Rotativo da Huawei. "Nosso objetivo é sobreviver e fazer isso de modo sustentável. Faremos isso criando valor prático para os nossos clientes e parceiros. Apesar da diminuição na receita dos nossos negócios para consumidor causada por fatores externos, estamos

confiantes de que nossos negócios com operadoras e empresas continuarão a crescer de modo constante", disse ele.

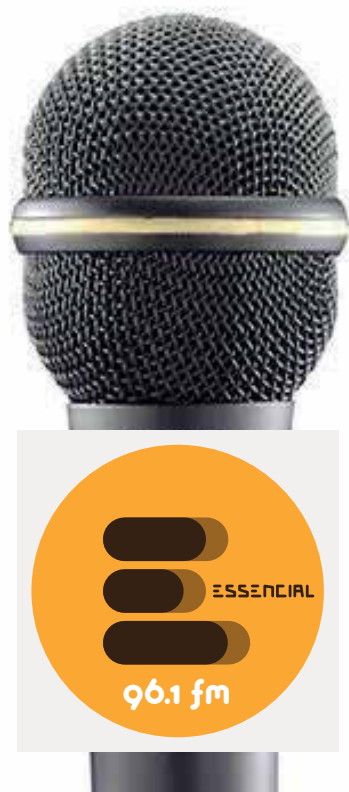
E concluiu afirmando: "Esses têm sido tempos desafiadores e todos os nossos funcionários estão trabalhando com extraordinária determinação e força. Quero agradecer a cada membro da equipe da Huawei por seu esforço incrível. Daqui para frente, continuaremos a acreditar profundamente no poder da tecnologia digital para fornecer novas soluções para os proble-

mas que o mundo está enfrentando agora. Continuaremos inovando para ajudar a construir um mundo inteligente com baixa emissão de carbono".

^[1] Os dados financeiros aqui divulgados são números não auditados compilados em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira; taxa de câmbio do final de junho de 2021: 1 dólar = 6,4576 yuans (fonte: agências externas)

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



NÚMEROS DA SEMANA

641,6

Mil milhões kz Transacções negociadas na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (Bodiva) de Janeiro à primeira semana deste mês.

4,6

Mil milhões USD Receitas acumuladas resultantes da venda de 35 milhões de quilates de diamantes entre 2017 e 2020, segundo o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

3,5

Milhões Angolanos registados desde 2019 no Programa de Massificação de Registo de Nascimento e Atribuição do Bilhete de Identidade, segundo o ministro da Justiça e Direitos Humanos, Francisco Queirós.

3.812

Acções de capacitação realizadas pelo Inapem, de janeiro à primeira semana de Agosto, com o objectivo de dinamizar as cooperativas vários sectores produtivos.



DUAS SEMANAS DEPOIS DA VISITA DE JLO

Empresários turcos em Angola

Duas semanas depois de o Presidente João Lourenço ter estado na Turquia, empresários daquele país desembarcaram, esta terça-feira, em Luanda para uma visita de dois dias, com objectivo de avaliar as oportunidades de negócios e firmar possíveis parcerias.

Ligados aos grupos Summa e BGN, os empresários turcos agendaram visitas à Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEE), para constatar o funcionamento de várias fábricas.

A Summa é uma construtora global com interesses e operações diversificadas. O grupo tem, no seu historial, 17 nomeações anuais consecutivas como sendo das 250 maiores construtoras

internacionais, estando presente em países africanos como Senegal, Serra Leoa, Guiné Equatorial, Libia, Benin, República do Congo, Níger e Rwanda.

Já a BGN actua na indústria do petróleo e gás, em que, segundo refere, “busca a consolidação permanente da sua estratégia de reforço da posição de líder”, ao mesmo tempo que “ajuda a atender a procura global de energia”. A política operacional do grupo BGN, conforme advogam, visa criar retornos competitivos para os clientes e produtores.

Na sua viagem de quase duas semanas à Turquia, o Presidente João Lourenço assinou vários acordos bilaterais e solicitou ao governo liderado por Recep Tayyip Erdoğan mais investimento em Angola.

SEGURO

Taxa de penetração baixa para 0,70%

A taxa de penetração de seguro em Angola baixou 0,17 pontos percentuais, em 2020 face a 2019, passando de 0,87 para 0,70% de acordo com o relatório do mercado de seguros, fundo de pensões e mediação da Arseg, apresentando na semana passada.

O recuo interrompe a tendência de crescimento que se regista desde 2017 quando a taxa passou de 0,59% para 0,67%, fixando-se, em 2019, nos 0,87%. E aumenta o desafio da Arseg de alcançar taxas que oscilam entre 3% e 5%.

No entanto, no período em análise, o valor dos prémios e seus adicionais aumentou 23%, fixando-se em cerca de 120 mil milhões de kwanzas de resultado técnico directo, numa variação global positiva de 23 por cento em relação a 2019.

O seguro petroquímico foi o que mais contribuiu para o crescimento com uma variação de 142%. Na sequência posicionou-se na segunda posição, com 18,82%, na estrutura do peso geral dos prémios, superando o automóvel que passou para a terceira posição com uma quota de 8,75% da carteira contra os 12% de 2019.

No que diz respeito as indemnizações, registou-se uma ligeira redução nos valores pagos, fixando-se em cerca de 60 mil milhões de kwanzas, 64% das quais a corresponder aos seguros de Acidentes, Doença e Viagens.



EMPRESA REAGE

Africell assina acordo com MS Telecom

A Africell assinou um acordo de prestação de serviço com a MSTelcom que permitirá à nova operadora o aluguer de infra-estruturas para a acomodação dos servidores em Data Center.

A informação consta da página oficial da Sonangol, detentora da MS Telecom, sublinhando ainda que o serviço designado ‘colocation’ consiste, além da já referida acomodação técnica, no arrendamento de espaço físico para equipamentos de forma a proteger as informações críticas dos clientes.

O acordo, assinado pela directora geral da MSTelcom, Felisberta de Jesus, e pelo CEO da Africell, Christopher Lundh, terá uma duração de cinco anos, podendo ser acrescido outros serviços.

A Africell foi anunciada como vencedora do concurso público para a escolha da quarta operadora móvel em Julho de 2020 e perspectiva iniciar a operação ainda este ano, utilizando as infra-estruturas existentes.

